

## **Desembargador Roberto Portugal Bacellar**

Ainda como secretário, o Desembargador Roberto Portugal Bacellar integrou a equipe do Conselho de Conciliação e Arbitramento na década de 80. Com o passar do tempo o Conselho transformou-se em Juizado de Pequenas Causas, em 1984, e mais tarde, em 1995, em Juizado Especial. Todas essas mudanças e adaptações foram acompanhadas de perto pelo magistrado que atuou, como juiz, nos Juizados Especiais Civil e Criminal por mais de 10 anos.

“A Lei 9.009/95 consolidou um projeto que já funcionava no Paraná, conhecido pela população como Tribunal de Pequenas Causas. Em Curitiba uma equipe de juízes foi designada para iniciar os trabalhos dos Juizados Especiais, agora Cíveis e Criminais, todos com competência plena para atuar no sistema.

O volume de trabalho era bastante grande, por vezes realizamos mais de 250 audiências por noite. Era uma coisa grandiosa, uma estrutura única para todos os juízes e servidores. O sistema funcionava em sua capacidade plena com todos trabalhando de maneira integrada. Toda a estrutura era multiuso, as salas de audiência eram compartilhadas. Era uma massa da população que precisava da Justiça e que encontrava no judiciário uma forma de resolver seus conflitos sem gastar nada, sem precisar de advogado e ainda, de forma rápida e efetiva.

O trabalho era desenvolvido de tal forma, que o último passo era julgar a causa, o número de acordos era muito alto, havia um esforço grande para isso. Tínhamos voluntários, empresários, psicólogos, assistentes sociais, pessoas da comunidade, que eram capacitados e trabalhavam como conciliadores. E os juízes desempenhavam um papel muito importante, o de supervisionar todo esse sistema para que os casos não precisassem ser julgados.

Os Juizados Criminais funcionavam na mesma lógica, quanto menor o número de ações, melhor funcionaria os Juizados Criminais. Em Curitiba nós começamos a tratar as questões de fundo, ou seja, mais importante do que a infração penal, era resolver o conflito que havia entre as pessoas”, lembra o desembargador.

O magistrado ainda atuou na Supervisão do Sistema como juiz auxiliar da Vice-Presidência do TJPR, e participou da criação de projetos importantes como a Operação Litoral, Juizado Itinerante e o Justiça se Aprende na Escola.

Depois de tantos anos de trabalho dedicados aos Juizados Especiais ele se orgulha em ter feito parte do Sistema e acredita que a conciliação e a mediação precisam ganhar maior atenção no futuro das ações.

“Eu fico muito honrado de ter participado desses projetos, de ter lançado algumas sementes, junto com todos os servidores e juízes, e de saber que até hoje tudo isso continua existindo.

Os Juizados Especiais mostravam juízes e servidores voltados a prestar o melhor serviço para a sociedade, e a visão da sociedade não era positiva em relação ao poder judiciário, e naquele momento nós conseguimos reverter isso. Conseguimos mostrar que os juízes eram disponíveis, que o poder judiciário era acessível à população.

Todos os juízes que passaram historicamente, e os que estão atualmente, nos Juizados Especiais, continuam desempenhando o mesmo papel de prestadores de serviço da sociedade. Eles são responsáveis por atender o povo, por conhece-lo. Os juízes estão ali não só para dar sentenças, mas para resolver os conflitos da sociedade.

Ainda existem desafios a serem vencidos, como os preconceitos em relação aos métodos conciliatórios, métodos consensuais de resolução de conflitos. A partir da Lei de Mediação e do novo Código de Processo Civil se impõe uma nova postura dos magistrados e esses conceitos precisarão passar por uma revisão”.